

Transição demográfica: O Brasil está se preparando para os desafios e demandas do envelhecimento de sua população?

Thaís Oliveira Lemos¹
Sheila Cristina Ferreira Leite²

RESUMO

O envelhecimento populacional é uma consequência da transição etária que vem ocorrendo em diversos países. No Brasil as baixas taxas de natalidade e os baixos índices de mortalidade fazem com que o país faça parte da lista de países onde a população está envelhecendo. E isto traz algumas consequências que devem ser devidamente equacionadas para que seja garantida a dignidade aos idosos e para que haja um quadro econômico no país capaz de sustentar as demandas trazidas pela nova dinâmica demográfica. Assim, este trabalho contribui para o tema proposto ao trazer uma discussão, do ponto de vista econômico, acerca da situação previdenciária do país e de como o Brasil vem se preparando para o envelhecimento de sua população, para tanto primeiramente descreve-se todo o contexto da transição etária no Brasil, em seguida discute-se a sustentação fiscal do envelhecimento populacional. Conclui-se que o envelhecimento populacional tem sido motivo de preocupação para governos e para a comunidade científica, visto que causará mudanças consideráveis no quadro econômico e político do país e exigirá elaboração de políticas públicas eficientes e eficazes para que, quando o Brasil tiver uma população majoritariamente idosa, isto não represente um grave problema para o crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro.

Palavras-chave: Envelhecimento, Transição Demográfica, Despesas com Idosos

ABSTRACT

The population aging is a consequence of a serious transition that has been taking place in many countries. In Brazil, the low birth and mortality rates include the country in the list of countries where the population is getting older. The population aging brings a few consequences that should be properly structured to guarantee the dignity of the elderly and to provide an economic scenario in which is possible to sustain the demands brought by the new demography dynamic. Under these circumstances, this paper contributes to the topic bringing a debate, through economic view, about the social security situation of the country and how Brazil has been preparing itself for its population aging. Therefore, the age transition context in Brazil is described, and then, the tax support of population aging is discussed. In conclusion, the population aging has been a matter of concern for the governments and scientific community, considering that this will cause considerable changes in the country's economic and politic scenario and will demand the formulation of efficient and effective public policy so that, when Brazil has a largely elderly population, it would not represent a severe issue for its economic growth and development.

Keywords: Population Aging, Demographic Transition, Costs of the Elderly.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso

² Graduada em Ciências Econômicas, Mestre em Economia Aplicada, Doutora em Economia Aplicada, Prof. Adjunta da UFMT

1. INTRODUÇÃO

Mudanças na estrutura etária de uma população é um fenômeno demográfico que acomete diversos países e regiões independentemente de suas peculiaridades sociais e econômicas (LEBRÃO, 2007) e normalmente tais mudanças ocorrem em épocas e contextos divergentes (VERAS, 2009). O fenômeno demográfico em questão, o envelhecimento da população, caracteriza-se de modo geral, pela estagnação ou diminuição nos índices de natalidade concomitante ao aumento da expectativa de vida resultando no envelhecimento populacional (GARCIA e CARVALHO, 2003).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) enfatiza que se por uma ótica o envelhecimento da população é um indicador de êxito das políticas públicas e do desenvolvimento socioeconômico, por outro acarreta em um desafio para a sociedade (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015). Nesse contexto, este artigo enfatiza especificamente a situação de transição na estrutura etária pela qual o Brasil está passando, assim como os seus possíveis efeitos para a economia brasileira. Cabe salientar que Wong e Carvalho (2006) explicam que, a fecundidade brasileira dificilmente reverterá sua tendência de queda da mesma forma que a mortalidade. Diante de tal fenômeno, os autores enfatizam que será demandado do país uma estrutura social e econômica consolidada para que os idosos não fiquem a margem da sociedade devido à falta de políticas públicas que favoreçam esta fase do ciclo da vida humana.

Um ponto a ser discutido é o conceito de idoso, observa-se que ele varia entre os países e a OMS considerada como idoso pessoas maiores de 60 anos de idade (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015). No entanto, Sanderson e Scherbov (2013) defendem que o critério de definição do que é um idoso unicamente baseado na idade cronológica deve ser revisto, considerando as transformações do mundo e as características dos lugares em que as pessoas residem. Em mesmo sentido Neri (1995) discorre que o conceito de idoso deve conciliar aspectos psicológicos, sociais e biológicos. Para o caso brasileiro a política nacional do idoso, Lei 8.842 de 04 de janeiro de 1994, classifica que uma pessoa é considerada idosa quando apresentar idade igual ou superior a sessenta anos e de forma sucinta pode-se afirmar que a lei defende que, a família, a comunidade e o poder público são responsáveis por garantir ao idoso, com prioridade absoluta, os direitos assegurados ao ser humano (BRASIL, 1994).

Fazem parte das garantias prioritárias em questão, a preferência na formulação de políticas sociais, o privilégio para os idosos na destinação de recursos públicos, viabilização

de formas eficazes de convívio, ocupação e participação dos mais jovens com idosos, prioridade no atendimento público e privado, manutenção do idoso com a sua própria família, o estabelecimento de mecanismos que esclareçam a população o que é envelhecimento e a garantia ao acesso à rede de saúde e assistência social (BRASIL, 1994).

As prioridades estabelecidas pela política nacional do idoso deixam claro que o processo de envelhecimento exige necessidades especiais para que sejam asseguradas a dignidade e o bem-estar do ser humano caracterizado como idoso. Sendo assim, ao se analisar o processo de envelhecimento da população brasileira como um todo, é possível dimensionar a importância de o país se estruturar para quando for, de fato, um país de idosos. O Brasil ainda não apresenta um percentual elevado de idosos; estatísticas do Banco Mundial apontam que em 2013 cerca de 7,5% da população brasileira era maior de 65 anos (WORLD BANK, 2015). Um percentual que pode ser considerado não elevado quando observa que o indicador em 2013 varia de 0,4% para os Emirados Árabes Unidos a 25,1% para o Japão, sendo a média em 8% e a mediana em 5,9% (WORLD BANK 2015).

Alterações na estrutura etária da sociedade trazem oportunidades e desafios que devem ser equacionados no devido tempo para que não se percam as chances de extrair proveito das oportunidades trazidas pelo bônus demográfico e para que os desafios não se tornem graves problemas sociais e econômicos (Wong e Carvalho, 2006).

Desta forma, este artigo tem por objetivo contribuir com os debates a respeito do tema proposto em uma ótica econômica, dado que conforme apontado por Garrido e Menezes (2002) o envelhecimento da população impõem ao estado aumento de custos e a necessidade de elaboração e implementação de políticas eficazes e eficientes. Primeiramente foi descrito todo o contexto da transição etária no Brasil, em um segundo momento discute-se a questão da sustentação fiscal, ou seja, as despesas governamentais relacionadas à idade e por fim apresenta-se propostas e perspectivas no âmbito do envelhecimento populacional.

2. A Evolução da Estrutura Etária no Brasil

O crescimento populacional de uma região ou país se deve a associação de alguns fatores e um deles é o saldo migratório, que é caracterizado pela diferença entre as pessoas que saem e entram definitivamente na região (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO, 2011). Os autores afirmam que quando há um quadro de crescimento populacional fortemente influenciado pela entrada de imigrantes no país, a sua população é considerada aberta e

quando seu crescimento depende apenas do crescimento vegetativo a população é considerada fechada.

Na primeira metade do século XIX, a população brasileira pode ser considerada aberta porque houve intenso deslocamento internacional de mão de obra livre. Japoneses, italianos, alemães e outras nacionalidades chegaram ao Brasil para trabalhar, principalmente nas lavouras de café, que era o produto protagonista da economia da época (OLIVEIRA, 2006). Em detrimento do acelerado desenvolvimento da cafeicultura concomitante com o fim da escravidão, estima-se que cerca de 1.646.949 imigrantes tenham entrado no Brasil no período de 1880 a 1899. (LEVY, 1974).

O século XX é caracterizado no Brasil por uma população fechada e, principalmente, por um intenso processo de urbanização, as cidades já faziam parte do cenário brasileiro desde o período colonial, mas sua dimensão populacional era pouco expressiva naquela época. Um acelerado processo de urbanização só passou a existir, de fato, a partir da segunda metade do século XX, principalmente, por causa das migrações internas, que se intensificaram por causa das mudanças ocorridas na economia, na sociedade e na política brasileira do período citado (BRITO, 2006). As mudanças no âmbito econômico se deram pelo fato de que a partir de 1930 a economia cafeeira passou a dar sinais de declínio e a ênfase passou a ser dada ao processo de industrialização voltado intensamente para a substituição de importações e integração do mercado interno. E as mudanças sociais e na política se deram em função da implementação de políticas públicas nas áreas da saúde coletiva, da assistência médica, da previdência social, da educação básica e das leis trabalhistas. As melhoras nas condições de saúde refletiram fortemente na redução da mortalidade o que levou o país a passar por um intenso crescimento vegetativo (OLIVEIRA, 2006).

Como pode ser observado na Tabela 1 foi somente a partir de 1970 que a população urbana se tornou superior a população rural, sendo assim o rápido processo de urbanização é considerado recente (BRITO, 2006) e as mudanças em questão, além impactar a dinâmica de migração interna da população brasileira, também tiveram relação com declínio da fecundidade e da mortalidade, e com consequente envelhecimento da população (JÚNIOR et al, 2006).

Tabela 1-População Urbana e Rural por gênero e total no Brasil no período de 1940 a 2010.

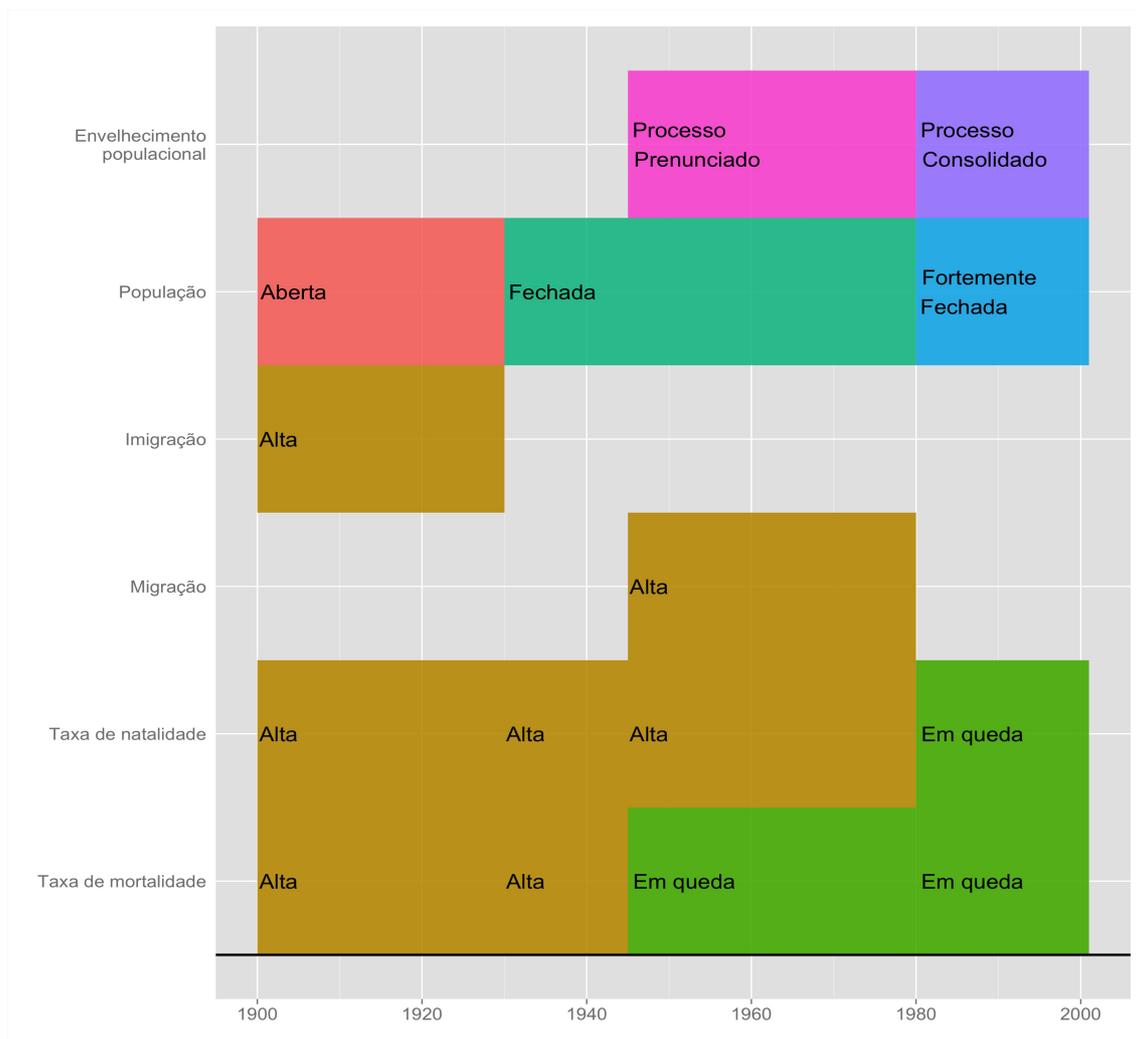
Anos	População Urbana				População Rural				População total (milhões)
	Homens (milhões)	Mulheres (milhões)	Total (milhões)	% da população total	Homens (milhões)	Mulheres (milhões)	Total (milhões)	% da população total	
1940	6	6	12	31	14	13	28	69	41
1950	8	9	18	36	16	16	33	64	51
1960	15	16	31	45	19	18	38	55	70
1970	25	26	52	56	21	19	41	44	93
1980	39	41	80	68	19	18	38	32	119
1990	53	57	110	76	18	17	35	24	146
2000	66	71	137	81	16	15	31	19	169
2010	77	83	160	84	15	14	29	16	190

Fonte: IBGE (2015)

A população residente no Brasil apresentada na Tabela 1 ainda é marcada por fortes desequilíbrios regionais e sociais que são características das particularidades históricas que fazem parte do contexto da transição demográfica brasileira (BRITO, 2008). Isto pode ser percebido devido ao fato de que a partir da década de 60 do século XX, houve alta redução da fecundidade, principalmente entre os grupos mais abastados e nas regiões mais desenvolvidas, entretanto este fenômeno generalizou-se de forma rápida e desencadeou o processo de transição demográfica em todo o Brasil (NARSI, 2008).

A Figura 1 representa de forma esquematizada as fases do crescimento populacional no Brasil durante o século XX em relação aos fatores imigração e migração, levando em conta as definições de população aberta e fechada e as taxas de natalidade e mortalidade.

Figura 1-Crescimento populacional no Brasil no século XX.



Fonte: Readaptada a partir de Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2011)

A partir da Figura 1 percebe-se que a população brasileira deixou de ser aberta depois de 1930, o que permite concluir que a imigração foi altamente significativa até a década de 30 e que após este período o crescimento populacional ficou a cargo do crescimento vegetativo. É importante ressaltar que Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2011) destacam que deve-se fazer distinção entre migrações internas e externas, uma vez que esta última é que, de fato, alteram a população de uma região, as migrações internas apenas modificam a redistribuição populacional dentro de uma região ou país.

Entre as décadas de 1940 a 1970 a dinâmica populacional do Brasil foi marcada por uma alta redução do nível de mortalidade e por um aumento nas taxas de natalidade, o que acelerou o crescimento populacional. Entretanto, a partir de 1970 o crescimento populacional passou a ser decrescente em virtude da rápida e generalizada queda do nível de fecundidade

(MYRRHA et al, 2014). A queda na taxa de mortalidade infantil deve-se especialmente aos progressos da saúde pública, as melhorias no saneamento básico e aos aspectos educacionais relativos aos cuidados das mães com os recém-nascidos (PAIVA e WAJNMAN 2005).

Segundo Wong e Carvalho (2006), o declínio no nível de fecundidade foi de 60% no período de 1970 a 2000. Os autores salientam que, se comparado a experiência de nações desenvolvidas, a magnitude dessa redução é surpreendente, uma vez que a maioria dos países europeus precisou de quase um século para completar a transição da fecundidade, enquanto o Brasil apresentou declínio similar em um quarto de século. Com uma queda veloz nos níveis de fecundidade, o envelhecimento da população brasileira será ainda mais acelerado (WONG e MOREIRA, 2000).

3. Envelhecimento da População Brasileira

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial cujas repercussões já podem ser identificadas e percebidas no Brasil (LEBRÃO, 2007), que apesar de já ter sido considerado um país jovem, encontra-se em um processo de transição demográfica (WONG e CARVALHO, 2006). Este processo é caracterizado, principalmente, pelos níveis dos índices de fecundidade e mortalidade (LEBRÃO, 2007) registrados no país. No Brasil entre 1970 a 2000, um intervalo de 30 anos, a fecundidade brasileira passou de 5,8 para 2,3 filhos por mulher e a proporção de idosos aumentou em 69% durante o período, passando de 5,1 para 8,6% da população (CARVALHO e GARCIA, 2003).

Conforme expõe Carvalho e Garcia (2003) muitas pessoas entendem, erroneamente, que é a queda da mortalidade que faz com que a população idosa aumente, entretanto os autores explicam que, como este fenômeno acomete, majoritariamente, os mais jovens, ele colabora para o rejuvenescimento da população, uma vez que proporciona um maior número de mulheres sobreviventes em idade reprodutiva, o que eleva o número de nascimentos e aumenta a proporção de jovens na população. A queda da mortalidade só produziria o envelhecimento populacional caso se concentrasse na população idosa e só mais recentemente isto tem sido verificado no Brasil. Na realidade, o envelhecimento da população brasileira é consequência da redução da fecundidade iniciada no final da década de 60 (JÚNIOR et al 2006).

A transição demográfica é um dos fenômenos estruturais mais importantes que compõe o quadro econômico e social do Brasil desde a segunda metade do século XX

(BRITO, 2008). O envelhecimento da população brasileira foi prenunciado em meados do século XX através da queda da mortalidade (NARSI, 2008), entretanto, foi somente entre 1960 e 1970 que este fenômeno se consolidou, por meio do declínio brutal nas taxas de fecundidade (LEBRÃO, 2007).

Brito (2008) afirma que a transição demográfica não é autônoma, uma vez que está imersa nas mudanças sociais e econômicas pelas quais o país tem passado. O autor também propõe que ela não pode ser considerada neutra, visto que suas consequências trazem oportunidades e desafios sociais e econômicos. Se a transição não é neutra, ela depende de políticas públicas estruturadas especificamente para o novo quadro demográfico do Brasil (BRITO, 2008) de modo que as oportunidades sejam aproveitadas a tempo e que os desafios não se tornem graves problemas sociais (WONG e CARVALHO, 2006).

Para Alves (2004) do ponto de vista demográfico a situação brasileira é favorável, uma vez que existe um bônus demográfico no país. Segundo o autor este bônus é caracterizado por uma diminuição nas taxas de dependência, o que significa que existem mais pessoas trabalhando e contribuindo do que pessoas dependentes. Uma menor carga de dependência implica em maior capacidade de poupança, que é condição indispensável para a elevação de investimentos, necessários ao desenvolvimento econômico (ALVES, 2008). Outra característica do bônus demográfico apresentada por Alves (2008) é que ele não é eterno e em qualquer país ele acontece somente uma vez, portanto ele deve ser bem aproveitado para que possa alavancar a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Em nível mundial, cabe salientar que o envelhecimento populacional demanda cuidados especiais e estrutura socioeconômica capaz de assistir as necessidades dos idosos. De acordo com a OMS (2015) em países desenvolvidos cerca de 6% dos idosos já sofreram alguma forma de maus tratos e no longo prazo essas formas de agressões podem levar a lesões físicas graves e desencadear consequências psicológicas. Para os países em desenvolvimento estima-se que em 2050 o número de pessoas idosas que já não serão capazes de cuidar de si próprias quadruplicará (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015). E quanto aos países pobres a OMS (2015) salienta que a maioria dos idosos morrem de doenças não transmissíveis, como diabetes, câncer e doenças cardíacas e não de doenças parasitárias. Além disso, as pessoas mais velhas frequentemente, apresentam mais de uma doença ao mesmo tempo (OMS, 2015). Então, a partir dos apontamentos da OMS (2015) acerca das consequências do envelhecimento, pode-se perceber a importância de os países se

estruturarem de forma a criar um contexto social voltado a atender com qualidade, as necessidades específicas desta fase do ciclo da vida humana.

No Brasil aumento da população idosa ocorre de forma bastante acelerada, em 1960 o número de idosos no Brasil era 3 milhões, em 1975 passou para 7 milhões e em 2008 para 20 milhões, o que representa um aumento de quase 700% em menos de cinquenta anos (VERAS, 2009). O autor aponta que, de acordo com as projeções mais conservadoras, em 2020 o Brasil será, em proporção, o sexto país do mundo com maior número de idosos. E envelhecer em um país em desenvolvimento é tarefa árdua (GARRIDO e MENEZES, 2002) uma vez que o envelhecimento humano, mesmo tratando de um grupo etário específico, possui influências das peculiaridades socioeconômicas, culturais, ambientais, individuais ou coletivas, de acordo com épocas e lugares (ALENCAR e CARVALHO, 2009).

4. Despesas governamentais relacionadas à idade

O envelhecimento populacional tem sido motivo de preocupação para governos e para a comunidade científica e um dos motivos desta preocupação é o efeito do envelhecimento sobre o crescimento econômico dos países. De acordo com Bös e Von Weizsacker (1989) o envelhecimento da população está relacionado a um menor crescimento econômico e, com menores taxas de crescimento, torna-se mais difícil garantir postos de trabalho, que é uma das principais formas de financiar o sistema de seguridade social. O grande impasse é que os idosos exigem mais cuidados e, portanto gastam mais, principalmente com a saúde e na maioria dos países a renda para financiar estas necessidades vem das aposentadorias, que são garantidas através das contribuições da população economicamente ativa (BLOOM, CANNING e FINK 2010). Isto significa que é primordial manter um bom nível de postos de trabalho para que a fonte de financiamento da seguridade social não seja exaurida.

Para Negarajan, Teixeira e Silva (2013) o envelhecimento populacional influencia o crescimento econômico através de três fatores principais: o consumo e a poupança, as despesas públicas e o capital humano. No que tange os fatores consumo e poupança pessoas com mais de 60 anos, normalmente, tem diferentes necessidades e comportamentos dos indivíduos mais jovens, os idosos tendem a trabalhar menos, assim como poupar menos, o que implica que oferecem menos capital e menos trabalho para as economias (BLOOM, CANNING e FINK, 2010). Com relação às despesas públicas, espera-se que haja um aumento

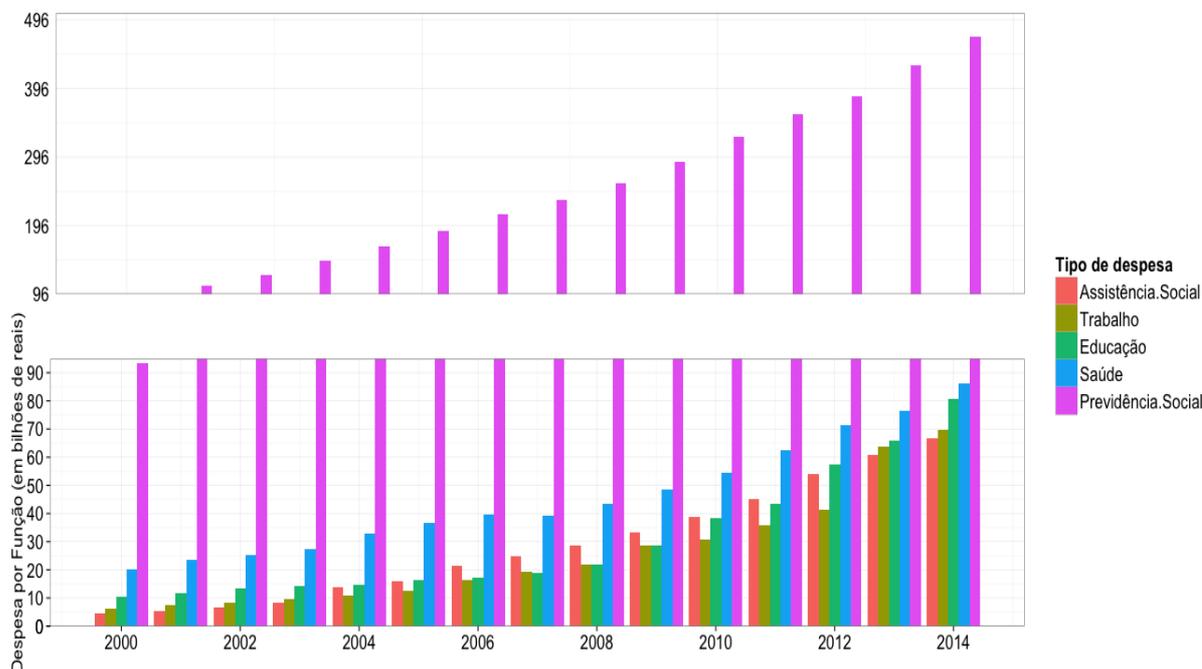
do déficit orçamental uma vez que uma população com mais idosos do que jovens prenuncia um aumento das despesas públicas e um declínio das receitas fiscais em detrimento de um maior número de pensionistas e menor número de contribuintes (NEGARAJAN, TEIXEIRA e SILVA, 2013).

A associação destes fatores permite afirmar que o envelhecimento populacional causará mudanças drásticas no quadro político e econômico da sociedade (BÖS e VON WEIZSACKER, 1989). No entanto, uma das principais dificuldades ao se analisar o envelhecimento populacional é o fato de sua natureza não apresentar precedentes. Isto significa que não há como estabelecer orientações a partir de acontecimentos passados, o que dificulta saber quais serão os desdobramentos futuros da transição etária e qual o melhor modo de gerenciá-los (BLOOM, CANNING e FINK, 2010).

Com a relação ao processo de transição na estrutura etária do Brasil Wong e Carvalho (2006) explicam que a efetivação da transição trará novas necessidades e pressões, por exemplo, os gastos com idosos poderão ser tão grandes que será necessário realocar recursos de outros programas para este segmento da população brasileira. Posto isto torna-se relevante tecer análises com relação ao financiamento dos gastos públicos, pois de acordo com Turra e Rios-Neto (2001) a origem dos recursos que os financiam vem da população economicamente ativa. O quadro de transição demográfica, verificado no Brasil provoca sérios efeitos no sistema de previdência social uma vez que este comportamento demográfico tende a elevar a despesa previdenciária em função do aumento da população idosa e a concomitante redução nas taxas de crescimento da população economicamente ativa, que é principal fonte de arrecadação da previdência social (SCHAWARZER, 2009).

A Figura 2 apresenta as despesas por função da união sendo possível perceber que as despesas com a previdência social são consideravelmente mais expressivas que as demais. É oportuno salientar que as despesas da previdência englobam as aposentadorias, as pensões, os auxílios e salário-maternidade, em outras, palavras, o volume de recursos é destinado não somente para a população idosa. Isto ressalta o que a maioria dos autores vem alertando acerca dos efeitos do envelhecimento populacional no sistema previdenciário brasileiro. Ou seja, quando o Brasil for de fato um país de idosos a eficiência da forma de financiamento previdenciário ficará comprometida.

Figura 2 - Despesas da União por Função – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em bilhões de reais no período de 2000 a 2014



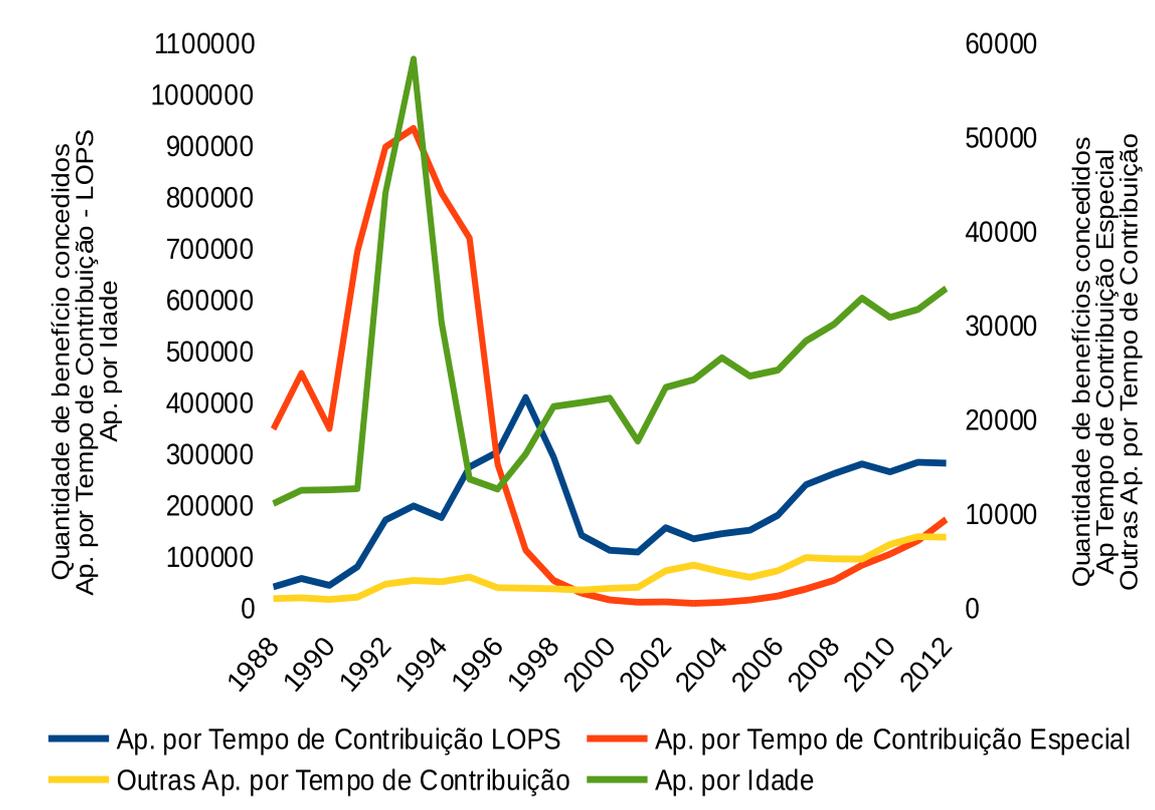
Fonte: M SIAFI – STN/CCONT/GEINC (2015)

Em um sistema previdenciário de repartição intergeracional, a geração ativa é responsável por financiar a inativa. Mas este modelo é altamente dependente da dinâmica demográfica, uma vez que para que seja assegurada sua eficiência é preciso que o número de ativos seja superior ou equânime ao número de inativos (RANGEL, 2011). Conforme pode-se concluir a partir da Figura 2 as despesas com a previdência já são de magnitudes expressivas e quando o envelhecimento da população brasileira se consolidar será preciso encontrar uma alternativa política para garantir o funcionamento desta forma de repartição. Para Bloom et. al (2010) adotar medidas como corte de benefícios de saúde ou de pensões e aposentadorias será inviável, uma vez que a população idosa tende a se tornar maior e mais forte politicamente. A proposta apresentada por Rangel (2011) é, para que seja possível manter as taxas de reposição do sistema, as contribuições devem ser majoradas e o tempo de contribuição e a idade para se aposentar devem se elevar. Caso contrário será inevitável uma redução nas taxas de transferência.

A proposta de Rangel (2011) pode ser sustentada e justificada a partir da análise das figuras 3 e 4, em que são apresentados dados das quantidades e valores dos benefícios concedidos no Brasil de 1988 a 2012, respectivamente. Os dados da figura 3 demonstram que apesar de terem havido oscilações nas quantidades de benefícios concedidos no Brasil, de forma generalizada é factível afirmar que as transferências apresentam tendência de aumento,

e isto significa que diante de uma população com expectativa de vida alta e com diminuição das taxas de natalidade, será inevitável pensar não somente na alteração da idade mínima a aposentadoria, mas também pensar em melhorar as perspectivas de inserção profissional dos idosos no mercado de trabalho (CAMARANO E KANSO, 2007).

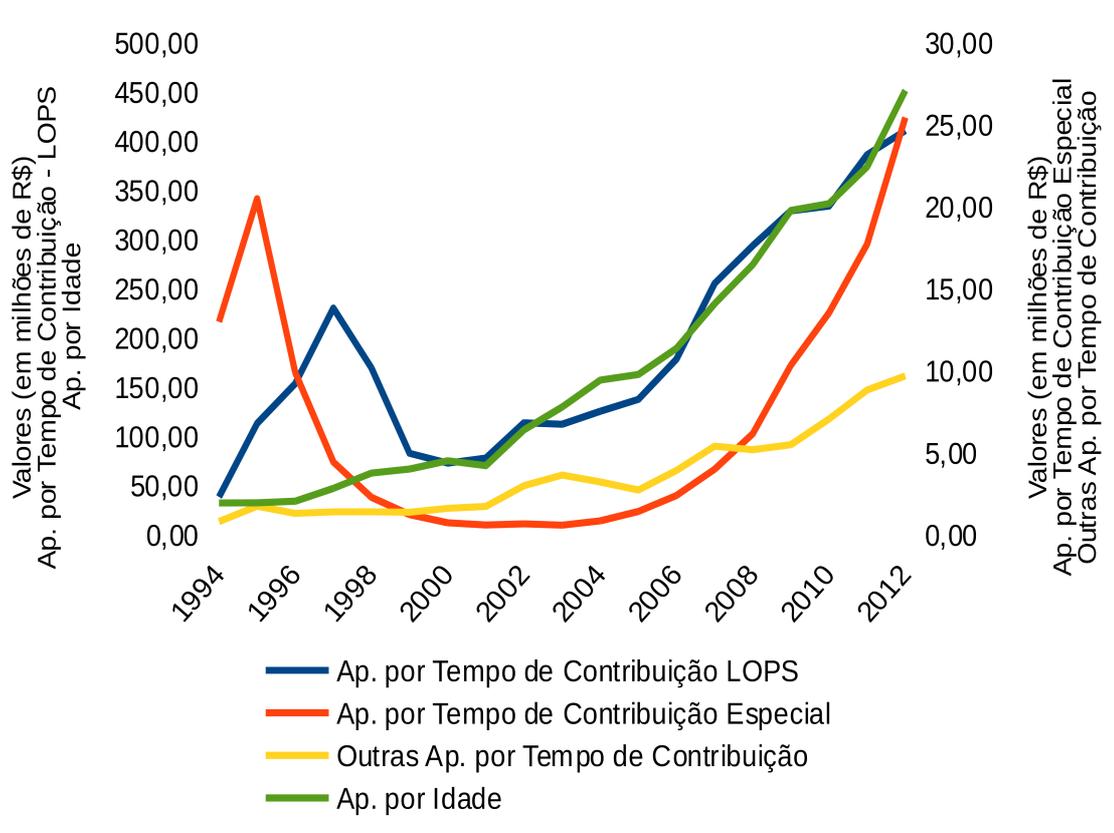
Figura 3 – Quantidade de benefícios concedidos no Brasil por ano no período de 1988 a 2012



Fonte: Aeps Infologo – Previdência social (2015)

Da mesma forma que os dados da figura 3, os dados da figura 4 também demonstram que o valor dos benefícios concedidos no Brasil, apresentam tendência a aumentar ao longo dos anos, apesar de algumas variações. E isto representa que mais importante que a população em idade ativa (PIA) do país, é a população que está realmente participando do mercado de trabalho e do mercado formal de trabalho (Camarano e Kanso, 2007), uma vez que a transferência dos benefícios é sustentada por esta parcela da população.

Figura 4 – Valor dos benefícios concedidos no Brasil por ano no período de 1988 a 2012



Fonte: Aeps Infologo – Previdência social (2015)

Então a partir das figuras 3 e 4 fica cabível colocar que o envelhecimento populacional é muito mais amplo do que uma modificação na estrutura etária do país visto que altera a demanda das políticas públicas, afeta a distribuição de recursos na sociedade além de outras mudanças na vida dos indivíduos, como alterações na estrutura das famílias (CAMARANO E KANSO, 2007).

Turra e Rios-Neto (2001) explicam que, de acordo com a estrutura etária das transferências governamentais *per capita* do Brasil, tem havido um ganho econômico considerável em virtude da alta taxa de crescimento da força de trabalho, o chamado bônus demográfico. Entretanto, os autores alertam que as oportunidades da atual condição demográfica do país não são permanentes e que a população brasileira está passando por uma transição etária que está resultando em um país de idosos. Paiva e Wajnam (2005) acrescentam o fato de que, o sistema de previdência brasileiro já opera em desequilíbrio estrutural uma vez que do lado da receita há uma grande parcela da população ativa que trabalha em condições informais e que, portanto, não contribuem e do lado da despesa tem-se que os gastos são crescentes.

5. Perspectivas para os idosos no Brasil.

Projeções de Wong e Carvalho (2006) apontam que o Brasil no ano de 2050 se encontrará em uma difícil situação econômica, uma vez que precisará atender a uma sociedade com maior número de idosos do que a da Europa, por exemplo. Para os autores um dos principais desafios trazidos pela transição etária é a necessidade de geração de recursos e de construção de infraestrutura que permitam um envelhecimento ativo, uma vez que isto significa uma vida saudável, participativa e com seguridade social.

De forma pontual pode-se considerar que um dos principais impasses da velhice é a falta autonomia dos idosos, ou seja, sua capacidade de executar e determinar seus próprios desígnios, sendo assim Ramos (2003) alerta que será um grande desafio para a ser enfrentando no século XXI dedicar atenção a uma população de mais 32 milhões de idosos, sendo expressiva parcela com nível socioeconômico e educacional baixo e uma alta prevalência de doenças crônicas e incapacitantes. Para o autor o sistema de saúde precisará fazer frente a uma crescente demanda de procedimentos diagnósticos e terapêuticos das doenças crônicas e não transmissíveis, principalmente, as neurodegenerativas e cardiovasculares.

Para Veras (2003), em geral, as doenças dos idosos são crônicas e múltiplas, perduram por vários anos e exigem acompanhamento dos profissionais da saúde e medicação contínua. Ele salienta que existe uma enorme carência de profissionais treinados e com formação específica em cuidados aos idosos. Tal constatação do autor revela que não estamos nos planejando para o processo de envelhecimento da população. Outro ponto acerca do planejamento para lidar com idosos é que o orçamento da união contém verbas para programas sociais em diversas áreas de atuação, o denominado orçamento temático (SENADO, 2015). Até o momento observa-se que não foi proposto o tema idoso dado a sua ausência nas temáticas que contemplam, por exemplo, as mulheres, as crianças, os quilombolas, dentre outros.

Outra questão que deve ser analisada ao se projetar as perspectivas para idosos no Brasil é a seguridade social que, para Camarano e Pasinato (2004) ainda é uma questão não equacionada. As tradicionais maneiras de financiá-la são insuficientes no longo prazo uma vez que o país apresenta baixo crescimento econômico, crescente mercado de trabalho informal e a população idosa crescendo em elevadas taxas. A partir disto pode-se concluir que mudanças

na estrutura demográfica e a composição do mercado de trabalho são fatores que apresentam implicações importantes para o funcionamento do sistema previdenciário, levando em conta que o regime de repartições dependerá do equilíbrio entre o número de contribuintes e de beneficiários, bem como, o período de recebimento dos benefícios.

Considerando a discussão acerca do conceito de idoso, proposta por Neri (1995) e Sanderson e Scherbov (2013) e as questões de sustentação da estrutura de financiamento das aposentadorias uma perspectiva para os idosos no Brasil é a alteração da idade mínima ou do tempo de contribuição para se aposentar. A Tabela 2 traz dados de 2014 a cerca das idades de aposentadoria no Brasil.

Tabela 2 – Idade média dos aposentados no Brasil em 2014

Grupos de Aposentadorias	URBANO			RURAL			TOTAL		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Por Tempo de Contribuição	55,5	52,34	54,47	54	51	54	55,49	52,34	54,47
Por tempo de serviço Especial	48,84	48,97	48,85	N/C*	N/C*	N/C*	48,84	48,97	48,85
Por Idade	65,64	61,55	63,13	60,8	57,04	58,7	62,97	59,29	60,81

Fonte: Boletim estatístico da previdência social (2015)
N/C*- Não contém

Contrastando as informações da Tabela 2 com o aumento a expectativa de vida da população brasileira que segundo Alves (2004) passou para 70 anos em 2000 e que deverá chegar a 77 anos em 2030 (ALVES, 2004), torna-se pertinente dizer que, o aumento da idade mínima para aposentadoria e o aumento do tempo de contribuição, possivelmente, estarão na pauta de alterações do sistema previdenciário.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil está passando por um processo de transição demográfica que se deu, basicamente, em função da diminuição das taxas de natalidade concomitantes a redução nas taxas de mortalidade, e uma das principais consequências deste processo será o envelhecimento da população brasileira. Por um lado, os motivos do envelhecimento populacional são indicadores de que as políticas públicas tiveram êxito e de que o país conseguiu elevar seu nível de desenvolvimento socioeconômico, mas, em contrapartida, uma

população envelhecida requer políticas específicas e representa um grande desafio para a sociedade.

Na realidade como o processo de transição demográfica encontra-se em andamento as taxas de dependência ainda representam uma janela de oportunidades para o país, uma vez que existem mais pessoas para sustentar o sistema previdenciário do que pessoas dependentes dele. Isto permite concluir que demograficamente, o Brasil encontra-se em situação favorável e que apesar do envelhecimento populacional prenunciado existe um bônus demográfico que, se devidamente aproveitado pode representar a prevenção de futuros problemas sociais que uma população envelhecida acarretaria ao sistema socioeconômico brasileiro.

No Brasil o envelhecimento vem acontecendo de forma acelerada o que torna cabível colocar em evidencia, nos projetos sociais, as principais necessidades trazidas com esta fase do ciclo da vida humana, como por exemplo, a falta de dependência física, necessitando de cuidadores e altos gastos com tratamentos de saúde e medicamentos, que, em geral, são financiados com aposentadorias. Como as aposentadorias são financiadas pelo sistema previdenciário, é imprescindível que sua forma de sustentação seja garantida a longo prazo, visto que, quando o país for de fato um país de idosos, possivelmente haverá um aumento do déficit orçamental e declínio das receitas fiscais e tendo em vista que a população idosa tende a ficar mais forte politicamente será difícil para os governantes adotarem medidas como corte de benefícios de saúde ou de pensões e aposentadorias. Nesta tendência as medidas mais plausíveis, para atenuar o declínio das receitas fiscais seria majorar as contribuições assim como o tempo de trabalho.

Apesar de haver um bônus demográfico no país, esta situação não é permanente e um país idoso implicará em mudanças drásticas no quadro político e econômico. Caso suas bases não estejam estruturadas para atender as demandas trazidas pela velhice de sua população, o Brasil se encontrará em um grande impasse visto que sua população representará um grande problema, o que comprometeria seus meios de manter seu crescimento econômico e por conseguinte aniquilaria as perspectivas de desenvolvimento econômico do país.

7. REFERÊNCIAS

AEPS Infologo – Base de dados históricos da Previdência Social. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/infologo/>>. Acesso em: 6 maio 2015.

ALENCAR, Maria do Socorro Silva; DE CARVALHO, Cecília Maria Resende Gonçalves. O envelhecimento pela ótica conceitual, sociodemográfica. Interface-Comunicação, Saúde,

Educação, v. 13, n. 29, 2009. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/icse/v13n29/v13n29a15.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A transição demográfica e a janela de oportunidade. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008. Disponível em:
<http://www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/transicao_demografica.pdf>. Acesso em: 6 maio 2015.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil. APARTE-Inclusão Social em Debate, Rio de Janeiro, v. 6, 2004. Disponível em:
<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/Alves.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2015.

BLOOM, David E.; CANNING, David; FINK, Günther; et al. The Cost of Low Fertility in Europe. *European Journal of Population / Revue européenne de Démographie*, v. 26, n. 2, p. 141–158, 2010.

BÖS, Dieter; VON WEIZSÄCKER, Robert K. Economic consequences of an aging population. *European Economic Review*, v. 33, n. 2–3, p. 345–354, 1989.

BRASIL. Política Nacional do Idoso - Lei 8842/94 | Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, Presidência da República. [S.l.: s.n.]. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/politica-nacional-do-idoso/Politica%20Nacional%20do%20Idoso.pdf/download>>. Acesso em: 31 mar. 2015. , 4 jan. 1994

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 221–236, 2006.

BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 25, n. 01, p. 5–26, 2008.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. *Os novos idosos brasileiros: muito além dos*, v. 60, n. 1, p. 253–292, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. Dinâmica da população brasileira e implicações para a previdência social. *Previdência no Brasil: Debates, Dilemas e Escolhas*. Rio de Janeiro. IPEA, 2007. Disponível em:
<http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq09_Cap03Dinamica_21.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. The aging process in the Brazilian population: a demographic approach. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, n. 3, p. 725–733, 2003.

GARRIDO, Regiane; MENEZES, Paulo R. O Brasil está envelhecendo: boas e más notícias por uma perspectiva epidemiológica. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 24, p. 3–6, 2002.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; TONETO, Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea* – 7. Ed.- 9. p.312-328, Reimpr.- São Paulo: Atlas, 2012.

JÚNIOR, Cláudio Santiago Dias; COSTA, S. C.; LACERDA, M. A. O envelhecimento da população brasileira: uma análise de conteúdo das páginas da REBEP. *Rev Bras Geriatr Gerontol*, v. 9, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_81.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2015.

LEBRÃO, Maria Lúcia. O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. *Saúde Coletiva*, v. 4, n. 17, p. 135–40, 2007.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*, v. 8, n. supl., p. 49–90, 1974.

MYRRHA, Luana Junqueira Dias; SIVIERO, Pamila Cristina Lima; WAJNMAN, Simone; et al. O uso das taxas de crescimento por idade para identificação das principais etapas da transição demográfica no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 31, n. 2, p. 259–275, 2014.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Dos movimentos populacionais à pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. *Actas del XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_313.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2015.

PAIVA, Paulo de Tarso Almeida; WAJNMAN, Simone. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. *Revista brasileira de estudos populacionais*, v. 22, n. 2, p. 13–15, 2005.

RAMOS, Luiz Roberto. Fatores determinantes do envelhecimento saudável em idosos residentes em centro urbano: Projeto Epidoso, São Paulo Determinant factors for healthy aging among senior citizens in a large city: the Epidoso. *Cad. saúde pública*, v. 19, n. 3, p. 793–798, 2003.

RANGEL, Leonardo Alves. Aspectos distributivos do regime de previdência dos servidores públicos. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1830>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

SANDERSON, Warren C.; SCHERBOV, Sergei. The Characteristics Approach to the Measurement of Population Aging. *Population and Development Review*, v. 39, n. 4, p. 673–685, 2013.

SENADO. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/orcamento/tematico>>. Acesso em: 6 maio 2015.

VERAS, Renato. Em busca de uma assistência adequada à saúde do idoso: revisão da literatura e aplicação de um instrumento de detecção precoce e de previsibilidade de agravos. *Cad Saúde Pública*, v. 19, n. 3, p. 705–15, 2003.

VERAS, Renato. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. *Rev Saúde Pública*, v. 43, n. 3, p. 548–54, 2009.

WONG, Laura Rodríguez; MOREIRA, Morvan de M. Envelhecimento e desenvolvimento humano: as transformações demográficas anunciadas na América Latina (1950-2050). IV Reunión Nacional de Investigación Demográfica em México: Balance y Perspectivas de La Demografía Nacional Ante El Nuevo Milênio, 2000. Disponível em: <<http://www.redadultosmayores.com.ar/buscador/files/BRASI014.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

WONG, Laura L. Rodríguez; CARVALHO, José Alberto. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Rev Bras Estudos Populacionais*, v. 23, n. 1, p. 5–26, 2006